



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO- MCTI

Ata da 6ª. Reunião do Conselho Diretor do FNDCT

1ª Reunião de 2012

1. Apresentação

Este documento reúne as questões discutidas e decisões tomadas no âmbito da 6ª. Reunião Ordinária do Conselho Diretor do FNDCT, realizada em 15 de agosto de 2012, com início às 10h00 e término às 13h30, na Sala dos Conselhos, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, e que tratou da seguinte pauta: 1) Abertura pelo Presidente do Conselho Diretor, Sr. Marco Antonio Raupp, Ministro de Estado da C,T&I; 2) Apresentação do Orçamento e Plano de Investimento do FNDCT para 2012 e Cenário do Orçamento do FNDCT para 2013 pelo Secretário Executivo do MCTI, Sr. Luiz Antonio Elias; 3) Balanço das ações do FNDCT/Fundos Setoriais no âmbito da Finep, pelo Presidente da FINEP, Sr. Glauco Arbix; 4) Balanço das ações do FNDCT/Fundos Setoriais no âmbito do CNPq, pelo Presidente do CNPq, Sr. Glaucius Oliva; 5) Discussão e aprovação do Plano de Investimentos do FNDCT para 2012; 6) Proposta para Subvenção Econômica 2012; 7) Apresentação e referendo da Resolução do Conselho Diretor CDFNDCT/MCTI nº 1, de 23.02.2012 (fixa limite para despesas operacionais no exercício de 2012); 8) Apresentação e discussão da proposta de alteração da IN 01/2010 do Conselho Diretor do FNDCT: inclusão de item no artigo 3º e inclusão do artigo 44 A; 9) Definição do Calendário de Reuniões para 2012 - Calendário de Reuniões do Conselho Diretor e Calendário de Reuniões dos Comitês Gestores; 10) Outros Assuntos: 10.1) Apresentação do Projeto de Revisão dos Documentos de Diretrizes dos Fundos Setoriais – metodologia e cronograma tentativo – CGEE, 10.2) Apresentação da Plataforma Aquarius e do Monitor de Avaliação em C,T&I – MCTI; e 10.3) Aprovação da Ata da última reunião do Conselho Diretor, de 31 agosto de 2011.

Participantes

Membros Titulares e representantes presentes:

Marco Antônio Raupp - Presidente do Conselho e Ministro de Estado da C,T&I;
Luiz Antonio Rodrigues Elias - Secretário Executivo do MCTI
Glaucius Oliva – representante do CNPq – Presidente do CNPq
Glauco Arbix – representante da FINEP – Presidente da FINEP
Nelson Akio Fujimoto – representante do MDIC
Marcos Vinícios de Souza – representante suplente do MDIC
C. Almirante Sergio R. Fernandes dos Santos – representante suplente do MD
Márcio Holland de Brito - representante do MF
Marcio de Castro Silva Filho – representante substituto do MEC
Gianna Cardoso Sagazio – representante substituta do BNDES
Pedro Arraes – representante da EMBRAPA
Paulo Mol Júnior – representante suplente do Setor Empresarial
Ricardo Felizzola – representante titular do Setor Empresarial
Humberto Rodrigues de Oliveira – representante do Setor de Micro e Pequenas Empresas
Carlos Aragão de Carvalho Filho – representante suplente da Comunidade Científica
Jailson Bittencourt de Andrade – representante suplente da Comunidade Científica

Joílson Antônio Cardoso do Nascimento – representante dos Trabalhadores da Área de C&T

Convidados

Eliezer Moreira Pacheco – Secretário SECIS
Virgílio Augusto Fernandes Almeida – Secretário SEPIN
Jair Feldens Ferrari – M. da Defesa
Roberto Vermulm – FINEP
Fernando Ribeiro – FINEP
Lélio Fellows – CGEE
Fernanda De Negri – MCTI
Elianne Prescott – ASCOF
Claudio Valério – CNPq
Angela Monteiro – ASCOF/MCTI
Elisabeth Rivano - ASCOF/MCTI
Marlos da Matta - ASCOF/MCTI
Monique Terezinha P. Silva - ASCOF/MCTI
Rubens Gallina - ASCOF/MCTI
Adriana Marinho – CNPq
Simone Scholze – GAB/Ministro
Francisco Mesquita – SEEXEC
Marcos Toscano – Gab/Ministro
José Roberto Pereira – MCTI
Rosirlei Renata Andrade – ASCOF
Ana Gabas – Gabin/MCTI
Cristiano Hugo Cagnin – CGEE
Rodrigo P. Guerra - ASCOM

2. Abertura

O Presidente do Conselho Diretor do FNDCT abriu a reunião agradecendo a presença de todos e discorreu a respeito da Política Nacional de Inovação. Em seguida, fez explanação geral a respeito do FNDCT, com ênfase nos conceitos e funcionamento do Fundo e dos Fundos Setoriais, em particular, destacando a evolução do orçamento FNDCT ao longo dos anos. No que tange ao modelo de governança, esclareceu que as decisões são tomadas em conjunto com os representantes dos ministérios e demais entidades parceiras, que têm acento no próprio Conselho Diretor do FNDCT e nos Comitês Gestores dos Fundos Setoriais. Esclareceu que a construção da demanda leva em consideração as políticas públicas nacionais vigentes, como a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), no período de 2003 a 2007; a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), no período de 2008 a 2010; e, atualmente, o Plano Brasil Maior, nos quais estão definidos os setores prioritários, como Saúde e Defesa, entre outros. Destacou que os setores acadêmico e empresarial também são consultados no processo de tomada de decisões. As áreas definidas como estratégicas - Desenvolvimento Sustentável, Enfrentamento dos Desafios, Fortalecimento da Base de Sustentação da Política de C,T&I e Aperfeiçoamento dos Instrumentos da Política de C,T&I – decorrem de um consenso entre o Plano Brasil Maior, a Política de Ciência e Tecnologia, as prioridades da Petrobrás, do Ministério da Saúde e do Ministério da Defesa.

Em seguida, o Sr. Luiz Antonio Elias apresentou o Plano de Investimento do FNDCT para 2012, destacando que embora o valor disponível na LOA para o FNDCT em 2012 seja da ordem de R\$ 2.815 milhões, o limite de empenho para 2012 perfaz o valor de R\$ 2.111 milhões, cerca de 75% do valor da Lei. Subtraindo-se desse montante os recursos destinados aos instrumentos específicos (operações especiais do FNDCT) - Programa

de Inovação para Competitividade (Equalização, Investimento em Empresas Inovadoras e Garantia de Liquidez), Subvenção Econômica, Outras Ações do FNDCT (fonte 100) e os recursos destinados às Organizações Sociais do Ministério; fica disponível para os Fundos Setoriais (ações verticais e ação transversal) o montante de R\$ 1.532 milhão. Ressaltou, por outro lado, que descontados os compromissos anteriores que impactam o orçamento de 2012, da ordem de R\$ 1.123 milhão (R\$ 661 milhões da carteira da FINEP e R\$ 462 milhões da carteira do CNPq), acrescidos de R\$ 77 milhões, referentes às despesas operacionais e à taxa de administração, o saldo disponível para novas aplicações no exercício é de R\$ 332 milhões, sendo R\$ 171 milhões para ações verticais e R\$ 162 milhões para ações transversais. Sr. Elias destacou que o saldo disponível ficou abaixo dos aprovados nos exercícios anteriores e que a demanda qualificada de ações a serem apoiadas pelos Fundos Setoriais é superior à disponibilidade de recursos, havendo necessidade de complementar recursos para fazer frente aos Programas Estruturantes, como, por exemplo, a Fonte de Luz Síncrotron, ou a demanda de ação conjunta com o Ministério da Defesa, especialmente no tocante ao Submarino Nuclear. Em contrapartida, destacou que as operações de crédito aumentaram, chegando-se ao patamar de operação que a Lei permite, com um valor de R\$ 933 milhões, embora, para se chegar a esse limite, haja necessidade de equalização de juros junto ao Setor Empresarial. No ano de 2012, o valor disponibilizado para a Equalização é de R\$ 200 milhões, permitindo, assim, o alcance do valor de R\$ 933 milhões para as operações de Crédito.

Em seguida, apresentou a tabela com o detalhamento da distribuição dos recursos entre os Fundos Setoriais que seria distribuída aos Comitês Gestores para conhecimento e definição dos usos.

No que tange ao Cenário do Orçamento do FNDCT para 2013, apresentou um comparativo com os anos de 2011 e o limite de empenho para 2012, onde se verifica que o valor alocado no PLOA 2013 repete praticamente o limite estabelecido em 2012. Destacou que esse cenário não é favorável, haja vista que o Plano de Investimentos para 2013 é superior à capacidade de execução, mantido o limite do Projeto de Lei. Conforme o quadro, o valor para a linha de Crédito em 2012 perfaz R\$ 794,7 milhões; em 2012 e 2013, respectivamente, R\$ 933 milhões e R\$ 697 milhões. Ressaltou que está em curso negociação com o Ministério do Planejamento visando ampliar a parcela para o Crédito, já que esse não compromete o *superávit primário*, permitindo uma margem maior para trabalhar com o Crédito, evitando contingenciamento.

A respeito do Plano de Investimento de 2012, Sr. Elias informou que o Ministério recebeu uma demanda qualificada, que representa R\$ 891 milhões, por meio de Termos de Referência vindos das agências, de entidades da sociedade organizada, de outros ministérios, etc, que pode ser resumida por áreas da seguinte forma:

UNIDADE	Qd. TR's	VALOR	%
FINEP	10	165,14	19%
CNPq	7	159,16	18%
DEFESA	20	134,82	15%
SCUP	22	85,88	10%
PETRÓLEO E GÁS	3	65,00	7%
SEXEC	13	55,07	6%
SEPED	15	48,53	5%
SAÚDE	5	45,38	5%
SETEC	11	42,00	5%
SEPIN	5	34,00	4%
AEROESPACIAL	3	31,22	4%
CNEN	2	14,00	2%
SECIS	3	11,00	1%
TOTAL	119	891,20	100%

Esclareceu que alguns Termos de Referência já foram assinados e encaminhados para as Agências, tendo em vista que se referiam a ações emergenciais, tais como o Edital do Pró-Infra, que é lançado todos os anos pela FINEP. No total, já foram enviados R\$ 304 milhões em Termos de Referência, entre editais, encomendas e cartas-convite, e referem-se a ações aprovadas pelos presidentes dos Comitês Gestores, representantes das Agências e pela Secretaria Executiva nas reuniões do Comitê de Coordenação Executiva do FNDCT e do Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais.

Sr. Elias discorreu, em seguida, sobre a Subvenção Econômica, esclarecendo que se trata de uma ação coordenada pelo MCTI e a FINEP. Para 2012, informou que a meta é lançar a Subvenção em três modalidades. A primeira, na modalidade Subvenção Econômica de âmbito Nacional, com recursos da ordem de R\$ 203 milhões para o primeiro ano (2012) e um total de R\$ 615 milhões para três anos. Serão contempladas as áreas de TIC; Nanotecnologia e Materiais; Biotecnologia; Saúde; Brasil Sustentável; Defesa, Nuclear e Espacial; e Desenvolvimento Social. A segunda modalidade é a “Subvenção Econômica aliada ao Crédito”, que integra subvenção e financiamento com juros reduzido, com foco nas áreas de P&G (INOVAPETRO) e Energia/Etanol (PAISS), no valor de R\$ 90 milhões para o primeiro ano (2012) e R\$ 300 milhões para três anos. A terceira modalidade é a “Subvenção via descentralização (TECNOVA)”, que será implementada em parceria com os Estados e foco nas micro e pequenas empresas e nas áreas de Etanol, Petróleo, Gás e TIC, contando com contrapartida dos Estados. Esclareceu que está em curso uma negociação com o SEBRAE para aporte de R\$ 50 milhões para apoio à capacitação em gestão das empresas. O valor para o primeiro ano do TECNOVA é estimado em R\$ 100 milhões, com um total de R\$ 190 milhões em três anos. Essa ação, explicou, está sendo elaborada em parceria com o CONCECTI e CONFAP e tem por expectativa envolver o maior número de estados possível, visando atender às demandas de inovação em áreas estratégicas nacionais e estaduais.

Após expor o Plano de Investimentos, Sr. Elias passou a palavra para o Sr. Glauco Arbix, Presidente da FINEP, que iniciou a sua fala tecendo alguns comentários sobre a situação financeira e orçamentária do FNDCT e acerca dos cortes e contingenciamentos ocorridos nos últimos anos, comparando o limite orçamentário e o orçamento comprometido pelo FNDCT em 2010 e 2011. Apresentou uma relação de 535 operações autorizadas desde 2004, cuja execução se estende até o presente. Informou que dessas operações, três referem-se a 2004 e que em 2010 houve um pico de 171 novas operações. Já em 2011, destacou que houve apenas cinco novas operações, demonstrando uma baixa capacidade do FNDCT para novas ações, o que vem exigindo da FINEP administrar a maior parte do seu volume operacional com ações de anos anteriores. Expôs, em seguida, o perfil da carteira de projetos da FINEP, com ações autorizadas até 2011. A carteira de 2010 chega a 542 projetos e a de carteira de 2011, 535 projetos; ambas no valor contratado de R\$ 1,5 bilhão. Expôs então as seguintes ações realizadas pela FINEP em 2011:

- Oferta, Demanda e Aprovação de Propostas:
 1. Lançamento de três Chamadas Públicas em 2011 (PROINFRA, Tecnologias Assistivas e Prêmio FINEP);
 2. Concentração de esforços em ações de exercícios anteriores e acompanhamento da carteira; e,
 3. Avaliação e Julgamento: 1.781 propostas avaliadas, que demandaram R\$ 4,1 bilhões para uma oferta de recursos da ordem de R\$ 1,6 bilhão.
- Principais Resultados:
 1. PROINFRA 2010: 118 projetos, totalizando R\$ 361 milhões;
 2. Cooperativos Pré-Sal: 58 projetos, totalizando R\$ 109 milhões;

3. Subvenção 2010: 104 projetos, totalizando R\$ 232 milhões.

Após mostrar alguns gráficos sobre a evolução do orçamento do MCTI e FNDCT, comentou que a partir de 2003 o FNDCT passou a incorporar o orçamento do MCTI, mas não promoveu o crescimento do orçamento do Ministério, concluindo que o orçamento do MCTI não vem apresentando crescimento e que vem ocorrendo uma substituição crescente de Fontes (fonte Tesouro por FNDCT). Destacou, também, que é necessário melhorar o planejamento de longo prazo das ações pelos Comitês Gestores e pelo Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais e aumentar o foco em programas estratégicos. Falou ainda, da necessidade de se investir em programas estratégicos para viabilizar a integração de crédito, subvenção, FNDCT não reembolsável e investimento. Sugeriu a inclusão no PAC de recursos para os projetos estratégicos do MCTI (Ex. Satélite, Reator Multipropósito, Sirius) e de aumentar o orçamento do MCTI para que o FNDCT possa cumprir integralmente a sua função. Citou a necessidade da eliminação do contingenciamento do FNDCT e sugeriu transformar o FNDCT em um fundo especial, por meio de projeto de lei, de modo que toda a sua arrecadação, saldos ou excedentes sejam incorporados como patrimônio do fundo.

Em seguida, Sr. Elias passou a palavra ao Sr. Glaucius Oliva, Presidente do CNPq, que ressaltou que sua apresentação iria se concentrar na execução do FNDCT pelo CNPq em 2011 e nas demandas para 2012. Informou que a previsão de investimentos para 2012 era da ordem de R\$ 539 milhões, dos quais R\$ 462 milhões destinavam-se a compromissos assumidos em exercícios anteriores. Em relação a 2011, informou que foram executadas 300 ações distintas, com ênfase no Edital Universal, que embora se trate de uma única ação, pode contratar mais de 3.000 projetos. Dessa forma, destacou que as 300 ações ativas, até o final de 2011, representam uma carteira grande de compromissos anteriores do CNPq. Citou que em 2010 foram recebidos no CNPq 104 Termos de Referência, que geraram ações novas, sendo 56 editais e 48 encomendas. Já em 2011, esse número caiu para apenas seis novas ações, ressaltando que esse foi o ano em que o impacto das ações anteriores foi mais expressivo, reduzindo a disponibilidade de recursos para novas ações. Em 2012, serão destinados R\$ 462 milhões para atender os compromissos anteriores e que há a necessidade de R\$ 77 milhões para novas ações já aprovadas a serem implantadas no exercício. Ressaltou, por outro lado, que as previsões para 2013 são melhores, pois as dívidas de exercícios anteriores diminuirão drasticamente. Sr. Glaucius expôs um quadro com as ações aprovadas em 2012 e explicou que se tratam, basicamente, de continuidade de programas essenciais para a sustentabilidade do Sistema de Ciência Tecnologia e Inovação, como o Edital Universal, o Programa RHAIE, as bolsas PCI, entre outros. Falou ainda, que do orçamento de 2012 já foram repassados ao CNPq R\$ 114 milhões, dos quais R\$ 92 milhões já foram empenhados, incluindo as bolsas FINEP e os recursos para eventos. Apresentou a previsão de novas ações que o CNPq poderia lançar em 2012 se houvessem recursos disponíveis. Uma delas seria a extensão ao financiamento dos INCT bem avaliados, para cobrir os quarto e quinto anos. Os recursos aprovados cobriram os três primeiros anos, e agora seriam necessários recursos adicionais. Outro programa destacado foi o PNPd – Projetos de P&D voltados ao Programa Nacional de Pós-doutorado, em parceria entre a Capes, o CNPq e a FINEP, cujo Edital ainda não pode ser lançado. Sobre o PGAEST – Formação, Capacitação e Fixação de RH nas Áreas Estratégicas, informou que o objetivo seria oferecer novas bolsas de mestrado e doutorado com foco nas áreas estratégicas de ciência e tecnologia. Por fim, citou o Programa das Bolsas de Produtividade e Pesquisa, que teve apoio do FNDCT em 2008 e 2009, e que permitiu conceder 2.000 bolsas/ano, sendo necessário garantir recursos de forma a manter a continuidade das bolsas inseridas no sistema. Seguiu, então, mostrando um gráfico com dados sobre a execução do orçamento do FNDCT na agência e ressaltou que o CNPq depende, atualmente, fortemente do FNDCT para implementar suas ações, enfatizando que a comunidade científica brasileira hoje vem recebendo um forte incentivo e apresentando resultados importantes que podem ser medidos tomando por base os indicadores de C&T: 30 mil grupos de pesquisa cadastrados no Brasil; 35 mil publicações indexadas por ano; 3% da produção científica mundial; formação de mais de 12 mil doutores por ano; e 4.700 programas de pós-graduação. Destacou que por outro lado, o investimento vem caindo, haja vista o quadro do orçamento de 2012 e o cenário para 2013.

O Sr. Ricardo Fellizola destacou que é preciso criar um ambiente inovador de forma a aumentar a competitividade do País por meio da inovação. Ressaltou que as questões orçamentárias têm caráter político e que seria estratégico demonstrar, notadamente aos ministérios da Fazenda e do Planejamento, a importância e a contribuição do FNDCT para a competitividade. Sugeriu que fossem apresentados indicadores que possibilitassem medir e demonstrar a capacidade de formação de recursos humanos para atender o setor produtivo; o impacto dos investimentos nas empresas no crescimento da competitividade. Sobre essa questão, Sr. Elias destacou se tratam de desafios para a avaliação. Citou que os resultados da PINTEC demonstram que a taxa de inovação das empresas saltou de 31 para 38,6% e que a maioria dessas empresas tem apoio do MCTI. Propôs realizar uma reunião do Conselho Diretor para discutir a questão da avaliação, destacando que deva ser uma atividade permanente e informou que o MCTI está realizando esforços nesse sentido, como a elaboração do Plano de monitoramento e avaliação do MCTI, as discussões em conjunto com a MEI e o processo de revisão e definição de diretrizes para os Fundos Setoriais já em curso.

Sr. Pedro Arraes, da Embrapa, informou que a carteira de projetos é muito grande e que é possível trabalhar com amostras de projetos. Apontou que o orçamento para inovação está crescendo mais em outros ministérios do que no do MCTI e que a C&T têm de permear o Governo como um todo. Sugeriu que os Ministérios façam alianças para reforçar o orçamento para a área.

Sr. Márcio Holand, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, citou a crise financeira internacional e as políticas anti-cíclicas, macroeconômicas, do Governo Federal para fazer frente à crise. Ressaltou, por outro lado, que tanto os investimentos como a competitividade estão na agenda do Governo e o orçamento do MCTI teria apresentado crescimento. Informou que o IBGE reformulou a metodologia para formação bruta em capital fixo – patente, software – e que incorpora o FNDCT na função taxa de investimento. Esclareceu que essa metodologia foi adequada visando seu alinhamento aos padrões internacionais. Também, reforçou que o M. Fazenda atualmente é sensível à política e à agenda de C&T. Como ponto a ser refletido pelo Conselho Diretor, sugeriu o alinhamento de políticas de Governo, como o PAC, plano SAFRA, Programa PROTEGER, entre outros.

Sr. Paulo Mol, da CNI, destacou os seguintes pontos: i) importância de monitorar os projetos e sugeriu que fossem alocados recursos nos orçamentos dos projetos para esse fim; ii) sobre o orçamento de 2012, observou que o maior corte (limite) foi na Subvenção (cerca de 70% da LOA), e que isso pode levar ao entendimento por parte dos empresários de que o principal instrumento para alavancar investimentos do setor empresarial no Brasil Maior foi o teve o maior corte; iii) o custo com pessoal é um fator crítico para alavancar os investimentos das empresas e que as bolsas se caracterizam em importante instrumento para criar um ambiente de inovação nas empresas, sugerindo adotar o modelo francês no qual os créditos fiscais são rápidos e eficazes. Sr. Elias esclareceu que o corte na subvenção na verdade reflete uma distribuição percentual maior do limite nessa ação tendo em vista que os novos instrumentos a serem lançados no âmbito da Subvenção terão impacto no orçamento dos próximos exercícios, não onerando 2012. Destacou as iniciativas já apresentadas, a serem desencadeadas nesse ano, e que montam R\$ 1,2 bilhão.

Sr. Joilson Nascimento registrou sua satisfação com o fato do Ministério da Fazenda estar sensível à importância da ciência, tecnologia e inovação, mas lembrou que em 2011, quando o orçamento foi contingenciado, houve a promessa de que isso não aconteceria em 2012. No entanto, o que se observa é que em 2012 também houve um certo tipo de contingenciamento. Destacou, também, a importância do CT-PETRO para o avanço das pesquisas e de ações apoiadas pelo FNDCT, como os INCTs, concluindo que inovação não se faz sem C&T. Finalizando, destacou que o desafio que se coloca é garantir a perenidade de recursos e o marco legal adequado.

Sr. Humberto Rodrigues destacou a importância da inovação para micro e pequenas empresas e que a maior dificuldade se refere ao acesso a recursos. As MPE têm dificuldade de submeter propostas aos agentes financeiros e de prestar contas nos moldes solicitados. Defendeu a importância de articular o SEBRAE como agente local de inovação e a adoção de instrumentos, como projetos cooperativos, para

incentivar as MPE a resolver gargalos como design, tratamento de resíduos, entre outros, estratégicos para a competitividade das micro e pequenas empresas.

Sr. Virgílio Almeida registrou que o crescimento observado em tecnologias em determinados países, como a Coreia, só foi possível pelos investimentos realizados na formação de recursos humanos em todas as áreas do conhecimento. Essa base permite atrair novos fabricantes para o País, como foi o caso da APPLE. Concluiu, destacando que se deve 'casar' a ciência com a inovação.

Sr. Nelson Fujimoto destacou os seguintes desafios que se colocam, tendo em vista: i) que os números apontam para substituição de fontes (tesouro pelo FNDCT; ii) o apoio do FNDCT para a infraestrutura de pesquisa para itens de custeio e iii) as alternativas propostas pela FINEP vis-à-vis a situação do orçamento.

Sra. Gianna Sagazio destacou que o BNDES está engajado na causa da competitividade e que os investimentos são importantes para promover o crescimento do País, enfatizando a importância dos projetos estruturantes para esse fim. Sr. Joílson também destacou a relevância desses projetos para o desenvolvimento do Brasil e que essa deveria ser a mensagem do Conselho Diretor.

Sr. Elias salientou que, em geral, os pontos abordados pelo Comitê giraram em torno da necessidade de se recuperar os recursos do FNDCT; sobre a importância de dar perenidades aos Projetos Estruturantes; e da necessária serenidade para planejá-los de maneira prioritária. Falou ainda que na realidade não se tem um "passivo", mas um ativo que vem se diluindo ao longo dos anos em projetos não estruturantes que se dividem em partes, sendo visto não como passivo, mas como um ativo de cinco anos que precisa ser amortizado durante esse período.

Em seguida, Sr. Elias submeteu para a aprovação do Conselho Diretor a Resolução aprovada pelo Ministro *ad referendum* do Conselho, publicada em fevereiro de 2012, que fixou o limite de recursos do FNDCT destinados a despesas operacionais. Esclareceu que essa Resolução é publicada todos os anos e fixa o limite das despesas operacionais, de planejamento, prospecção, acompanhamento, avaliação e divulgação de resultados do FNDCT em até 3% da soma dos recursos de todas as fontes do orçamento para o exercício e que os gastos classificados em cada ação orçamentária específica não deverão ultrapassar o limite de 5% do valor da ação em questão, incluindo os eventuais créditos adicionais. A Resolução define, também, que os recursos intitulados Despesas Operacionais, deverão ser executados em Planos Internos - PI específicos, no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, em cada ação finalística. O Conselho Diretor referendou a decisão por unanimidade.

Sr. Elias submeteu as seguintes propostas apresentadas pela FINEP de alteração na Instrução Normativa nº 01 de 2010. A primeira trata de contrapartidas e outros aportes e objetiva incluir o parágrafo §5, no Capítulo III, com o seguinte texto: "Nos casos de entes integrantes de conta única, serão admitidos como contrapartida financeira os pagamentos aprovados no Plano de Trabalho cuja previsão esteja assegurada na Lei Orçamentária do Estado, Distrito Federal ou Município.", a segunda alteração refere-se à inclusão do artigo 44-A, no Capítulo XIV, que trata da prestação de contas. O texto proposto para o artigo foi o seguinte: "As contas poderão ser julgadas regulares com ressalva quando evidenciarem exclusivamente faltas de natureza formal". As propostas de alteração foram aprovadas por unanimidade pelo Conselho e deverá seguir para publicação no Diário Oficial.

Sr. Elias submeteu ao Conselho a proposta de cronograma de reuniões de 2012, que prevê para 21 de novembro a próxima reunião do Conselho Diretor. Informou que o Seminário de Integração dos Fundos Setoriais está programado para o dia 28 de agosto e que o calendário das reuniões ordinárias dos Comitês Gestores prevê rodadas de reuniões nos dias 28 e 29 de Agosto, 17 e 18 de Outubro e 5 e 6 de dezembro.

Finalizando, ressaltou que a pauta desta reunião estava longa e que em uma próxima reunião seriam apresentados os resultados obtidos com apoio do FNDCT.

A palavra foi dada para a Dra. Fernanda De Negri, que fez uma explicação geral a respeito do “Monitor de Políticas Públicas”, que tem por objetivo aprimorar a política de acompanhamento e monitoramento dos programas e ações do MCTI e sua institucionalidade, de forma sistêmica (rotineira) e em articulação com as secretarias, consolidando novos indicadores / informações sobre as políticas de C,T&I, que expressem, além dos recursos investidos, o perfil do público beneficiado e os resultados obtidos. A ideia é elaborar estudos, análises e relatórios de acompanhamento e monitoramento dos programas e ações do MCTI, possibilitando a avaliação cotidiana de resultados e impactos das ações do Ministério e a disseminação de seus resultados, disseminando a prática de avaliação no MCTI. A Dra. Fernanda ressaltou que o Ministério desenvolveu ao longo do tempo várias avaliações, inclusive uma realizada pelo IPEA/CEDEPLAR sobre os Fundos Setoriais, mas que não estavam dentro de uma política de acompanhamento e avaliação. Então, informou, a ideia do Monitor seria constituir uma política de monitoramento e avaliação. Ressaltou que o Monitor será utilizado em parceria com a Plataforma Aquarius, sendo parte deste. A Plataforma teria por objetivo dar transparência às ações executadas e o Monitor estaria voltado, especificamente, para o monitoramento e a avaliação, analisando os Indicadores básicos de monitoramento, os indicadores de recursos e público apoiados e indicadores de resultado. O Monitor será integrado com diversas bases de dados como a PINTEC, IBGE, BACEN, RAIS, SIAFI e INPI. Definirá os programas/instrumentos/temas prioritários para avaliação no período subsequente e deve ser focado em áreas / setores estratégicos para o MCTI. O Monitor está sob a governança da ASCAV, que criou uma Comissão permanente de monitoramento e Avaliação, com componentes das várias áreas do Ministério, e será responsável por elaborar o Plano Anual de Monitoramento e Avaliação a ser submetido ao Ministro. As secretarias finalísticas do MCTI definirão as demandas de avaliação em conjunto com a UMA (unidade de Monitoramento e Avaliação). Está sendo criado um site, que conterá todas essas informações, relatórios, publicações etc, e uma parte internacional que mostrará as políticas de CT&I no mundo, as avaliações de políticas e links de interesse. O Monitor está ainda em fase de elaboração (parcialmente pronto), e tem prazo de conclusão estimado em dezembro de 2012. A parte que envolve a participação dos Estados deverá ficar pronta em 2013.

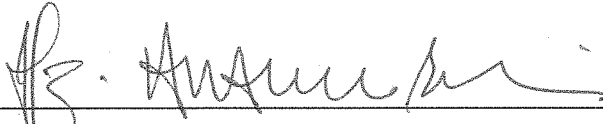
O Sr. Paulo Henrique apresentou a Plataforma Aquarius, que tem por objetivos: i) modernizar e dinamizar a gestão estratégica do MCTI, proporcionando maior transparência e melhores resultados aos investimentos públicos em CT&I; ii) aprimorar a política de acompanhamento e monitoramento dos programas e ações do MCTI e sua institucionalidade, de forma sistêmica (rotineira) e em articulação com as secretarias; e iii) fornecer subsídios, por meio de oferta de dados abertos e de Painéis de Conhecimento, para o acompanhamento de metas e resultados dos programas do MCTI (integração com INDA – Infraestrutura Nacional de Dados Abertos) e OGP – Parceria de Governo Aberto: *Open Government Partnership*). A Plataforma divide-se em quatro eixos: Eixo estruturante 1: Gestão por processos: Reorganização administrativa e estratégica do MCTI; Eixo estruturante 2: Gestão administrativa: Integração com os SIGs do MCTI, sistemas estruturadores e com o Portal da Transparência (CGU); Eixo estruturante 3: Integração da informação estratégicas do SNCTI (planos, iniciativas, programas e projetos estratégicos); e Eixo estruturante 4: Monitor de Políticas Públicas de C,T&I, que consiste na geração de indicadores nacionais de C,T&I. A Plataforma está em fase de elaboração, tendo vários de seus pontos já prontos, necessitando apenas de pequenos ajustes. Deverá ser lançada no começo de setembro/2012.

Sr. Elias solicitou que o tema previsto na pauta referente aos documentos de Diretrizes dos Fundos Setoriais fosse adiado para a próxima reunião. Em seguida, submeteu à aprovação a minuta da Ata da última reunião do Conselho Diretor que foi aprovada por unanimidade.

Sr. Elias agradeceu a presença da ASCOF e o Sr. Ministro agradeceu a presença de todos, encerrando assim a Reunião.

3. Decisões

- Aprovada a Resolução que fixa o limite para as despesas operacionais;
- Aprovada as propostas de alteração na IN 01 de 2010, nos Capítulos III e o XIV;
- Aprovado o Plano de Investimento Anual do FNDCT para 2012;
- Agendada para novembro de 2012 a data da próxima reunião do Conselho Diretor com objetivo de tratar dos documentos de Diretrizes dos Fundos Setoriais e de Resultados.



Luiz Antonio Rodrigues Elias
Secretário Executivo do MCTI